

Rikbaktsa, os canoeiros do Rio Juruena



RINALDO S. V. ARRUDA

Habitantes imemoriais da bacia do rio Juruena, no norte do estado de Mato Grosso, vivem em três terras indígenas na mesma região: a Terra Indígena Rikbaktsa, a T. I. Japuira e a T. I. Escondido, num território de cerca de 320 mil hectares de mata amazônica. São cerca de 1.100 pessoas distribuídas por mais de 30 aldeias localizadas ao longo dos rios Juruena, Sangue e Arinos, que circundam seus territórios.

Sua autodenominação - Rikbaktsa - significa “os seres humanos”. Rik é pessoa, ser humano; bak é um reforço de sentido e tsa é o sufixo para a forma plural. Também são conhecidos regionalmente por Canoeiros, por referência à sua habilidade no uso de canoas ou, mais raramente, são chamados de “orelhas de pau”, pelo uso de enormes botoques feitos de caixeta, introduzidos nos lóbulos alargados das orelhas.

São falantes de uma língua isolada, do tronco lingüístico macro-jê e sua sociedade divide-se em duas metades, a da arara amarela e a da arara cabeçuda. Cada metade, por sua vez, é dividida em vários clãs. O casamento entre membros da mesma metade é considerado incestuoso.

Seu ciclo de subsistência acompanha os ritmos naturais. Ao longo do ano desenvolvem inúmeras atividades ligadas à agricultura, caça, pesca e coleta. Todas elas acompanhadas de rituais,

MARGEM, SÃO PAULO, Nº 17, P. 99-102, JUN. 2003

através dos quais se organizam e se preparam para as tarefas procurando estabelecer a sintonia com os ritmos cósmicos de seu universo. Para eles, a música, as canções e os enfeites plumários têm uma importância fundamental, expressando de forma sensível seu universo social e mítico, suas formas de sensibilidade afetiva, estética e religiosa.

Sua renda monetária vem da venda de castanha e de pequenas quantidades de peixe, de óleo de copaíba, de borracha, às vezes produtos agrícolas, sementes e mudas de árvores em extinção, como mogno ou cerejeira e, também, do comércio de sua arte plumária, uma das mais sofisticadas e belas dentre os povos indígenas do Brasil.

São alegres, riem muito. As crianças são muito meigas, amigas. Estóicos, aguentam esforço físico sem dar muita trela para dor, doença e sofrimento. Alimentar a tristeza não vale a pena.

Não há um chefe geral. Cada aldeia tem seu chefe, o qual, na verdade, não manda muito. Os chefes de aldeia orientam no trabalho, nas festas e nos rituais, representando e interpretando a vontade soberana da comunidade.

Boa parte do povo é alfabetizada, existindo escolas na maioria das aldeias, dirigidas por professores Rikbaktsa. Atualmente, vários desses professores fazem curso superior para se capacitarem a lecionar para turmas de segundo grau, atendendo a uma demanda que é crescente nas aldeias.

A situação atual, entretanto, é problemática. Em muitos trechos do rio Jurueña, as enormes derrubadas nas margens dos “civilizados” criaram uma paisagem desoladora, habitada apenas por gado e por uma rarefeita população sujeitada pelo medo e pela miséria.

A pressão e a sedução para que vendam madeira como forma a resolver seus problemas aumentam na medida do crescente esgotamento das espécies valorizadas na região circundante.

O adensamento da colonização pressiona os Rikbaktsa para a adoção do modelo econômico regional, caracterizado pela substituição da floresta por monoculturas de soja e arroz, pela proliferação dos pastos, da mineração, da extração da madeira e dos conflitos sociais provocados por uma estrutura agrária marcada pela concentração fundiária.

Nessa região, assolada nas últimas décadas por um desmatamento crescente, pela expansão do garimpo e pela colonização mal planejada, os Rikbaktsa são um dos poucos povos

indígenas da região a resistir à destruição de suas matas, negando-se a qualquer associação mais estreita com o modelo de “desenvolvimento” que se abate sobre a Amazônia.

Por isso procuram persistentemente uma saída econômica para as novas gerações no mundo de hoje: querem desenvolver o que os brancos chamam de projetos econômicos auto-sustentáveis. Procuram financiamentos e ajuda técnica, antes que as pressões para a venda de madeira ou para exploração de minério abram frestas na sua resistência

Convivi com eles mais intensamente em meados da década de 1980, fazendo pesquisa de campo. Mas, desde então, visitei-os muitas vezes, quase todos os anos até hoje, algumas vezes só para matar as saudades dos amigos, outras para trabalhar junto com eles em algum projeto de seu interesse.

Aprendi muito sobre a vida Rikbakta e com eles aprendi muito sobre a vida. Porém, apesar da longa convivência, sei que não consegui nem chegar perto do imenso e diversificado conhecimento teórico e prático que qualquer adulto Rikbakta tem sobre seu ambiente e nem da profundidade de suas reflexões sobre a vida social.

O velho Tapema, hoje falecido, contou-me que antes todos falavam a mesma língua e viviam em festa constante, os Rikbakta, os outros povos indígenas, os americanos, alemães, todos os brancos e também os negros. Um dia, um grupo se atrasou para uma dessas festas e quando chegou já não havia comida e bebida. Um homem irritou-se e acabou havendo uma briga mortal entre este e um outro, provocando o medo e a dispersão de todos. Desde então, diz ele, os povos se separaram, desenvolveram línguas e costumes diferentes, competem e guerreiam entre si. Pensou um pouco e concluiu: – “Pois é, hoje parece que todos estão ficando juntos novamente: os povos indígenas já não brigam mais entre si, estamos todos nos misturando de novo, só não pode faltar comida e bebida para ninguém, como da outra vez”.

Fotografei-os bastante, procurando captar fragmentos significativos de suas vidas, de suas maneiras de expressar-se e, principalmente, sua capacidade de procurar a alegria de viver na convivência com os outros, na imersão na atmosfera do rio Juruena e nas suas florestas tão cheias de vida, prazeres e perigos. Espero que as fotos escolhidas, principalmente de mulheres e crianças, consigam transmitir um pouco dessa atmosfera e nos inspirem a

repensar nossa persistente atitude, de autoridade civilizatória,
ante o mundo e seus desafios.

Recebido em 22/4/2002
Aprovado em 25/4/2002

Rinaldo S. V. Arruda, professor do Departamento de Antropologia da PUC-SP.
E-mail: rinaldo@pucsp.br .

MARGEM, SÃO PAULO, Nº 17, P. 99-102, JUN. 2003